

O AUTO DA COMPADECIDA: DIMENSÕES DE DRAMATURGIA, ORALIDADE, CULTURA SERTANEJA, CORONELISMO E DIMENSÃO RELIGIOSA

Maria Fernanda Cândido Gomes
(1º ano EM - Cepae/UFG. Goiânia - GO)
Orientação: Profa. Elisandra Filetti Moura

Publicado pela primeira vez em 1955, *O Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, configura-se como uma peça dramática de feição tragicômica que ocupa lugar central no teatro brasileiro moderno. A edição utilizada para esta resenha, lançada pela Editora Nova Fronteira, reúne 206 páginas e inclui ilustrações de Manuel Dantas Suassuna, além de um prefácio de Henrique Oscar, um posfácio de Bráulio Tavares e uma nota bibliográfica organizada por Carlos Newton Junior. Embora seja amplamente reconhecida por seu humor, a obra ultrapassa a ideia de entretenimento: Suassuna constrói uma narrativa histórico-social sofisticada, na qual convivem referências à tradição popular nordestina, à religiosidade sertaneja, a elementos da cultura medieval ibérica, especialmente os autos religiosos e o teatro moralizante, além de um uso expressivo da oralidade e do humor de matriz picaresca.

A narrativa acompanha as peripécias de João Grilo e Chicó, dupla de amigos que tenta sobreviver às adversidades de uma pequena comunidade do sertão. João Grilo, astuto e inventivo, frequentemente subverte a autoridade dos poderosos locais por meio de artimanhas e argumentos engenhosos; Chicó, por sua vez, é medroso, fantasioso e famoso por relatos que beiram o impossível. Suas aventuras, marcadas por situações cômicas e críticas sutis, conduzem o leitor até o emblemático julgamento celestial — momento em que a Compadecida intervém para defender as almas dos personagens. Nesse desfecho, temas como justiça, moralidade e perdão aparecem entrelaçados ao humor característico da peça. A vivacidade das falas e o ritmo acelerado das cenas tornam a leitura envolvente, de modo que o leitor facilmente se deixa conduzir pelas trapalhadas da dupla e pela retórica habilidosa de João Grilo.

Ariano Suassuna explora, em sua dramaturgia, questões profundamente enraizadas na cultura popular do Nordeste, retomando a estética do cordel como base narrativa. Ao incorporar esse universo cultural, ele preserva modos de falar, histórias tradicionais, imagens míticas, situações cotidianas e elementos morais que estruturam a identidade sertaneja. No decorrer da peça surgem debates relevantes que atravessam a sociedade brasileira, como o preconceito racial revelado na reação dos mortos diante da figura de um Cristo negro, a discussão sobre o papel da mulher evidenciada nas provocações do diabo e na autoridade espiritual de Nossa Senhora, além das tensões relacionadas à corrupção, ao apego desmedido ao dinheiro, à miséria, à violência e às consequências sociais da seca.

A partir desses elementos, a presente resenha se desenvolve examinando temas centrais da obra. Inicialmente, torna-se essencial compreender às manifestações linguísticas presentes na peça, que evidenciam a riqueza do dialeto nordestino e suas

variações. No campo histórico, destaca-se o coronelismo, período em que o poder político e econômico ficava concentrado nas mãos de grandes proprietários rurais, capazes de controlar a vida social e restringir práticas democráticas, submetendo a população pobre a ameaças e violência. Por fim, a análise também considera o simbolismo religioso e a representação do juízo final, momento no qual Suassuna usa ironia e humor para expor hipocrisias, denunciar abusos de poder, criticar a corrupção presente em instituições religiosas e revelar a dureza do cotidiano pela fome e pela desigualdade que atravessa o sertão.

Para compreender a presença da linguagem nordestina em *O Auto da Compadecida*, é necessário retomar, antes de tudo, o próprio conceito de linguagem. A linguagem é um instrumento de interação social e de construção cultural, e, por isso, manifesta-se de formas diversas de acordo com cada comunidade. Nesse sentido, o falar nordestino representa um conjunto de marcas lexicais, fonéticas e expressivas que revelam a identidade regional. Trata-se de um modo de falar que se diferencia do português padrão não por inferioridade, mas por refletir a história, os costumes e as práticas culturais de povos específicos.

Em estados como a Paraíba, por exemplo, observa-se um vocabulário singular que dialoga com o cotidiano e com a tradição popular. É o que ocorre em obras regionais como *A Bagaceira* (romance de José Américo de Almeida), cujo repertório linguístico evidencia traços socioculturais próprios que a distinguem de outros falares do país. Na peça de Suassuna, essa variedade linguística aparece constantemente e contribui para a construção da verossimilhança. *A Bagaceira* traz em seu escopo o sofrimento humano diante da estrutura social arcaica dos engenhos, situada entre dois períodos de seca, e, junto com *Macunaíma*, é considerada um marco inicial do romance regionalista no Modernismo brasileiro, funcionando, inclusive, como ponte de referências para *O Auto da Compadecida*.

O coronelismo, fenômeno político dominante no início do século XX, especialmente durante a República Velha (1889–1930), caracterizou-se pela concentração de poder nas mãos dos chamados “coronéis”. Esses líderes locais eram, em geral, grandes proprietários rurais ou chefes de famílias influentes, capazes de controlar práticas eleitorais, interferir na vida cotidiana da população e estabelecer redes de dependência social. De acordo com Pinto (2017), o coronelismo está diretamente vinculado às estruturas econômicas, o que significa que sua atuação se articulava tanto ao poder financeiro quanto à autoridade política regional.

Embora *O Auto da Compadecida* tenha sido publicado em 1955, Suassuna retrata remanescentes desse sistema na obra. A figura do Major Antônio Moraes exemplifica essa permanência histórica: por deter prestígio econômico e social, ele exerce influência sobre praticamente todos os habitantes, inclusive o padre, que demonstra temor diante de sua autoridade. Essa representação evidencia como os efeitos do coronelismo continuaram presentes no imaginário e na organização social de muitas comunidades sertanejas, mesmo após o declínio formal do sistema político que lhe deu origem.

PADRE: E o dono do cachorro de quem vocês estão falando é Antônio Moraes?

JOÃO GRILO: É. Eu não queria vir, com medo de que o senhor se zangasse, mas major é rico e poderoso e eu trabalho na mina dele. Com medo de perder meu emprego, fui forçado a obedecer, mas disse a Chicó: o padre vai se zangar.

PADRE: Zangar nada, João! Quem é um ministro de Deus para ter direito de se

zangar? Falei por falar, mas também vocês não tinham dito de quem era o cachorro!

PADRE: Você o que é que acha?

CHICÓ: Eu não acho nada demais.

PADRE: Nem eu. Não vejo mal nenhum em abençoar as criaturas de Deus

No episódio mencionado (SUASSUNA, 2024, p. 34), o cachorro da mulher do padeiro adoece, e o padeiro solicita que Chicó procure o padre para realizar uma bênção sobre o animal. Inicialmente, o sacerdote rejeita o pedido com certo desdém, demonstrando despreocupação e até desprezo pela situação. Sua postura, entretanto, se transforma apenas quando João Grilo inventa que o cachorro pertence ao Major Antônio Moraes, modificando completamente o comportamento do padre.

A caracterização do padre, que se submete prontamente ao poder econômico quando acredita lidar com o animal do coronel, dialoga com os efeitos históricos do coronelismo no Nordeste. Conforme aponta Galvão (2010), esse sistema político deixou marcas profundas na região, consolidando estereótipos que associavam o Nordeste ao atraso e ao subdesenvolvimento.

Além da análise intrínseca à obra, torna-se relevante observar como a própria biografia de Ariano Suassuna contribui para sua crítica ao poder coronelista. A representação do Major Antônio Moraes, figura autoritária, temida e arrogante, ecoa experiências vividas pelo escritor ainda na infância. De acordo com Dimitrov (2011), João Pessoa Suassuna, pai do autor e então governador da Paraíba, foi assassinado em 1930, quando Ariano tinha apenas três anos. O crime ocorreu em um período de grande instabilidade política, desencadeado pela ruptura entre João Pessoa e o grupo político que o havia apoiado, além dos conflitos com diversos latifundiários do sertão.

A origem dessas tensões está ligada à política adotada por João Pessoa, especialmente no que diz respeito à taxaço do algodão. Suas medidas desagradaram profundamente os coronéis sertanejos, intensificando a oposição entre o sertão e a capital. Dimitrov (2011) destaca três pontos fundamentais dessa disputa: a chamada guerra tributária, a tentativa de desarmar os jagunços vinculados aos coronéis e as perseguições administrativas a funcionários aliados aos grandes proprietários rurais.

Ao incorporar críticas sociais à sua dramaturgia, Suassuna conduz diversos personagens ao cenário simbólico do juízo final, entre eles o cangaceiro Severino, João Grilo, o padeiro, sua esposa, além do padre, do bispo e do sacristão. Nos atos iniciais, o autor já havia delineado os defeitos e fragilidades morais de cada um, aspectos que posteriormente são retomados pelo diabo na tentativa de condená-los. No que diz respeito à Igreja, o texto evidencia a corrupção de seus representantes, uma vez que sacristão, bispo e padre consentem com o enterro do cachorro movidos exclusivamente por interesses financeiros, após ouvirem de João Grilo que o animal teria deixado vultosas quantias no “testamento”. Suassuna denuncia, com ironia, a postura elitista desses líderes religiosos, que desprezam fiéis pobres ao mesmo tempo em que se curvam diante de qualquer possibilidade de lucro.

Quanto aos demais personagens, o autor expõe a avareza e exploração praticadas pelo padeiro enquanto patrão, os crimes de Severino como cangaceiro e o adultério da esposa do padeiro, envolvida em comportamentos marcados pela luxúria. Apesar dessas faltas, o desfecho celeste mostra que todos são, de alguma forma, absolvidos ou compreendidos dentro de uma lógica de misericórdia. Pimentel (2010, p. 49) observa

que Suassuna cria um universo dramático em que o ser humano, simultaneamente voltado ao sagrado e profano, manifesta uma dualidade constitutiva que torna inevitável a reflexão sobre a salvação e a condenação.

A morte e o perdão divino tornam-se caminhos possíveis para a libertação espiritual. Essa relação entre sagrado e profano torna-se ainda mais evidente na configuração dos personagens celestes: um Jesus negro, cuja presença rompe expectativas convencionais; Maria, fonte de compaixão e justiça; e o diabo, responsável por testar as fragilidades humanas. Ainda sob perspectivas de Pimentel (2010), em seu estudo *Humanização do divino, divinização do humano: representações do imaginário religioso no teatro de Ariano Suassuna*, a religiosidade e o confronto entre bem e mal na obra do autor evidenciam que as escolhas individuais estão profundamente relacionadas às adversidades enfrentadas na vida cotidiana. Assim, reconhecer a existência constante do pecado não significa afirmar que a vida terrena seja inteiramente profana.

REFERÊNCIAS

DIMITROV, Eduardo. *Genealogia e identidade familiares no teatro de Ariano Suassuna*. Artelogie, 2010. Disponível em: <http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article63>. Acesso em: 22 nov. 2025.

GALVÃO, André Luís Machado. *O coronelismo nas narrativas de Wilson Lins: espaços de poder*. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2010. Disponível em: http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/1198/2/dissertação_definitiva_ppgldc_andregalvao.pdf.

Acesso em: 22 nov. 2025.

PIMENTEL, Claudio Santana. *Humanização do divino, divinização do humano: representações do imaginário religioso no teatro de Ariano Suassuna*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/1788/1/Claudio%20Santana%20Pimentel.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2025.

SUASSUNA, Ariano. *O Auto da Compadecida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024.

WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da literatura*. Tradução de José Palla e Carmo. Lisboa: Europa-América, 1962.